

Documentos	Documentos disponibilizados neste link do site do GPP, relativos às primeiras quatro fases do processo de planeamento: diagnósticos por objetivo específico e para o objetivo transversal, respetivas matrizes SWOT e Análise de Necessidades e “Orientação estratégica e Lógica de Intervenção”.
Emissor	GPP
Período de comentários	de 16/11/2020 a 8/01/2021

Conteúdo

1. Enquadramento do contributo do Centro PINUS	1
2. Apreciação Genérica e Principais Recomendações.....	2
3. Comentários e Sugestões à Documentação em consulta	3
3.1 Diagnósticos	3
3.2 Análise SWOT e Identificação das Necessidades	11
3.3 Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção.....	16

1. Enquadramento do contributo do Centro PINUS

O [Centro PINUS](#) é uma associação privada do setor florestal que reúne atualmente 28 associados representativos de todas as **partes interessadas na Fileira do Pinho**, assim como das competências essenciais para a prosecução da sustentabilidade desta Fileira, com especial enfoque no pinheiro-bravo.

Em abril de 2020, o Centro PINUS concluiu e divulgou o estudo “Política de Apoio ao Investimento em pinheiro-bravo no horizonte 2021-2027 e 2028-2034”, no sentido de contribuirmos proactivamente para a mudança de paradigma necessária à sustentabilidade da floresta suportada pelo PEPAC. Este estudo, disponível no seguinte [link](#), foi apresentado ao GPP em reunião que decorreu a 7 de maio de 2020. O principal aspeto distintivo da proposta do Centro PINUS é a criação de um apoio direto aos pequenos produtores florestais de pinheiro-bravo, sem a exigência de inserção numa estrutura de gestão agrupada ou de criação de escala.

Os comentários e sugestões seguidamente apresentados focam os aspectos considerados mais estratégicos para a Fileira do Pinho. **A ausência de comentários a outros conteúdos da documentação em consulta não deverá ser interpretada como uma anuência ao conteúdo.**

2. Apreciação Genérica e Principais Recomendações

O Centro PINUS reconhece algum **esforço adicional de posicionar mais afirmativamente o sector florestal**, nomeando com alguma frequência o sector ou os produtores florestais. Persiste, no entanto, uma **utilização inadequada do termo agroflorestal**, em contextos em que o termo parece sinónimo de “florestal”, ou utilizado como um “dois em um”, aludindo simultaneamente ao sector agrícola e florestal, sendo importante clarificar e corrigir o uso do termo agroflorestal na documentação.

A Qualidade e adequação do Diagnóstico, da Análise SWOT e da Identificação de Necessidades, não é considerada satisfatória pelo Centro PINUS. O diagnóstico e, em consequência, a análise SWOT, apesar de na globalidade descreverem o contexto do sector, encerram também, na nossa perspetiva, insuficiências relevantes que o tornam inadequado no formato atual. Tendo em conta o carácter de base do exercício de diagnóstico para a construção do PEPAC, esta inadequação e insuficiência da informação de base considerada afeta negativamente todo o exercício estratégico. A informação apresentada e cedida pelo Centro PINUS ao GPP não foi considerada, o que se lamenta profundamente.

Globalmente, o Centro PINUS revê-se na visão definida “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”. Congratulamo-nos com o facto de a **remuneração dos serviços do ecossistema** e a valorização, promoção e otimização do **carácter multifuncional da floresta** parecerem ser reconhecidos como pilares importantes do PEPAC já que a floresta, nomeadamente de pinheiro-bravo, pode contribuir decisivamente para esta visão. **No entanto, há aspetos na lógica de intervenção que nos preocupam muito**, assim como o facto de a documentação se encontrar demasiado incompleta. Lamenta-se que, aparentemente, nenhuma das Intervenções propostas pelo Centro PINUS tenha sido considerada. **Acima de tudo, preocupa-nos que a visão definida pareça um “corpo estranho” ou outlier no contexto da documentação colocada em consulta.** A visão definida é ousada e implica uma profunda ruptura face à situação passada e atual. **No entanto, na globalidade da documentação, para o sector florestal, não nos pareceu existir uma ambição de mudança de paradoxo, antes uma pretensão da manutenção e até intensificação da realidade atual.**

Principais Recomendações

Sem prejuízo das sugestões concretas apresentadas no ponto 3, que temos expectativa de virem a ser consideradas e integradas na documentação, de forma sintética, as principais recomendações do Centro PINUS na alteração da documentação em consulta são as seguintes:

- **Adequar o diagnóstico** e, em coerência, a análise SOWT, a identificação de Necessidades e a lógica de intervenção de acordo com as sugestões apresentadas pelo Centro PINUS;
- **Posicionar melhor o sector florestal como estratégico para todos os objetivos gerais da PAC** e não essencialmente no sócio territorial, de forma transversal em toda a documentação;
- **Promover, de facto, a gestão florestal ativa em todo o território, o que não acontecerá se for mantido o atual carácter seletivo e de priorização das situações com escala, condenando ao abandono uma parte significativa dos territórios do Norte e Centro do país.**

3. Comentários e Sugestões à Documentação em consulta

3.1 Diagnósticos

Todos os comentários e sugestões seguidamente apresentados dizem respeito ao Diagnóstico do Objetivo Específico 8.

Bioeconomia (Ponto V)

Biomassa Florestal

Considera-se o diagnóstico relativo a este ponto insuficiente e mesmo inadequado em alguns pontos referidos. É referida uma disponibilidade anual de 2 milhões de toneladas de resíduos florestais, mas nada é referido sobre o consumo atual, ou sobre o défice de biomassa florestal residual. A título de exemplo, o relatório “Caracterização das cadeias de biomassa florestal em Portugal” (Cunha e Marques, 2020), editado pelo INESC-TEC, cita dados da DGEG, de 2016, referindo um consumo, em 2016, de 5.77 milhões de toneladas de biomassa florestal (centrais dedicadas e cogeração). Comparando este consumo com a estimativa de disponibilidade, verifica-se que existe um défice de biomassa.

O documento refere também que “se verifica alguma dificuldade de aproveitamento da biomassa florestal pela localização das centrais de biomassa e oferta de biomassa variável por falta de organização da produção, inviabilizando economicamente o desenvolvimento deste tipo de aproveitamento de produtos da bioeconomia.” As dificuldades referidas não se esgotam, de todo, na localização das centrais ou na falta de organização da produção. A capacidade das centrais, com uma migração da aposta política para pequenas centrais com menor raio de abastecimento é previsível que influencie o contexto do sector.

Sugestão:

Introdução de conteúdo referindo o défice de biomassa.

Adotar a seguinte redação da frase citada acima:

Ainda se verifica assinalável dificuldade de aproveitamento da biomassa florestal residual por inviabilidade económica do transporte com as atuais soluções logísticas e insuficiente gestão e produtividade dos principais sistemas florestais.

Contributo do sector florestal para a bioeconomia

O quadro 11, que cita o JRC como fonte, poderá subestimar o peso do sector florestal para a bioeconomia, nomeadamente o emprego. Quando se observa o Quadro 22 do mesmo documento, que cita o GPP, a partir do INE, o emprego do complexo agroflorestal é estimado em 112000 postos de trabalho.

Sugestão: atualização do quadro 11, em coerência com o quadro 22.

Na caracterização do contributo do sector florestal para a bioeconomia, o documento dá um grande destaque ao sector da cortiça, citando dados da APCOR. Sem questionar de todo o merecido destaque deste sector, acreditamos ser imprescindível acrescentar informação equivalente das restantes fileiras que compõem o sector florestal. Neste contexto, é relevante

recordar que a fileira da resina foi uma das três apostas referidas no cluster da bioeconomia sustentável, juntamente com o têxtil e calçado e a construção no contexto do PRR.

Sugestão: Adicionar o contributo da totalidade das indústrias florestais para a bioeconomia.

O Centro PINUS disponibiliza-se para ceder informação destinada a caracterizar e posicionar a Fileira do Pinho no contexto da bioeconomia.

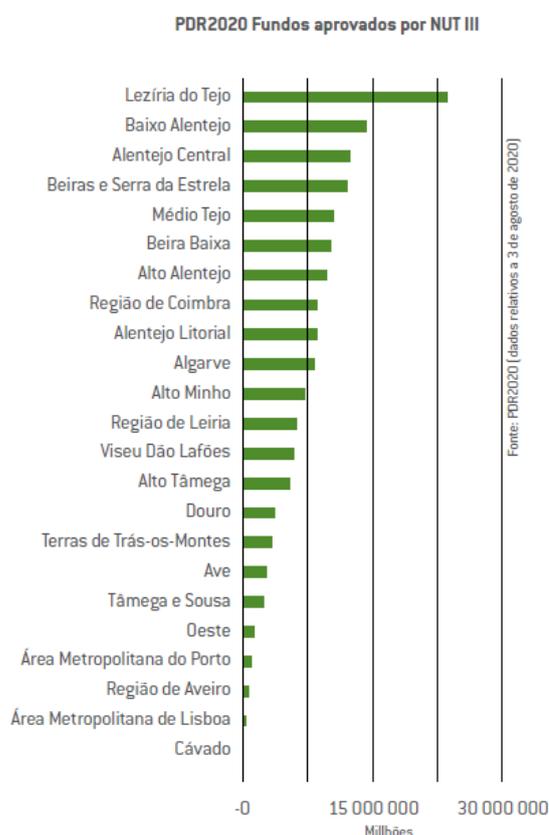
Silvicultura Sustentável (Ponto VI)

Neste ponto, consideram-se existir algumas omissões relevantes relativamente ao contexto da Fileira Florestal, nomeadamente o défice de matéria-prima e lições de experiências anteriores, nomeadamente na conceção e execução de Programas de financiamento semelhantes. Considera-se necessário incluir pelo menos os seguintes conteúdos.

Sugestão de novos conteúdos

Financiamento público ao setor florestal e lições de quadros passados

Introdução de Indicadores de execução das medidas florestais no PDR2020, nomeadamente **por região e por espécie**. A distribuição regional do PDR2020 ainda beneficia mais as regiões em que a dimensão média da propriedade é maior. Na figura seguinte observa-se a contratualização agregada das medidas 8.1.1, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5 e 8.1.6 por NUT III, à data de 3 de agosto de 2020 e a área de pinheiro-bravo. Na região Sul, onde a propriedade é de média e grande dimensão, apenas para 6 NUT III foram contratualizados 50% dos apoios do PDR2020.



É imprescindível incluir indicadores e conclusões de avaliação de quadros anteriores. A título de exemplo, refere-se uma das conclusões do Relatório de Avaliação ex-post do ProDeR, igualmente válida para o PDR2020: *“O apoio à melhoria produtiva dos povoamentos ... pode-se considerar globalmente positivo para o desenvolvimento do sector florestal produtivo em Portugal, ainda que de forma assimétrica, com um impacto mais acentuado na floresta de cariz multifuncional do sul do País e **menos expressivo nos sistemas silviculturais do Norte e Centro do País, baseados no Pinheiro-bravo**, nomeadamente nas ZIF e nos territórios comunitários (vulgo Baldios) das zonas de montanha.”* (IST, IPB, IESE, outubro de 2016).

Défice de matéria-prima de base florestal

É imprescindível incluir referências ao défice de matéria-prima de base florestal que afeta todas as indústrias florestais, com particular gravidade a Fileira do Pinho, em que se estima que **o défice estrutural de madeira representou 61% do consumo industrial em 2019.**

Contexto político e regulamentar favorável

Considera-se necessário ainda introduzir neste ponto do diagnóstico o facto de o sector florestal ter um posicionamento relevante no contexto de importantes políticas internacionais e europeias, com destaque para o Pacto Ecológico.

Relativamente a orientações políticas nacionais, deverá ser referido o **Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica** (RNC2050), que, tal como a Estratégia Nacional para as Florestas, estabelece como prioridade o aumento da produtividade dos espaços florestais e preconiza alcançar 8,8 m³/ha/ano para o pinheiro-bravo em 2050. É importante mencionar ainda o **Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030** (PNGIFR), que estabelece metas ambiciosas com grande potencial de impacto na floresta nacional: uma redução de 50% da área ardida até 2030 e intervenção em 1, 2 milhões de hectares em 10 anos.

Características Estruturais (ponto VI1)

É referido que *“A **dimensão da propriedade**, em particular dos proprietários privados de cariz familiar, e a fragmentação das mesmas a que se associa a ausência de cadastro de propriedade em especial a Norte do Tejo, são um dos fatores limitantes a muitas das dinâmicas necessárias no sector.”* **Estas características, são factos, que colocam desafios adicionais aos territórios e ao país. Se são ou não fatores limitantes, depende da visão que se tem desses desafios e das dinâmicas que existem e são promovidas.**

Na realidade, existem algumas vantagens no minifúndio e na fragmentação das parcelas. Existe, por exemplo, uma **diluição do risco**, sendo que um proprietário vê determinada parcela afetada por um incêndio, mas outra(s) não. A pequena dimensão também está associada a montantes **mais reduzidos de investimento**, por vezes mais compatíveis com a disponibilidade de investimento privada. Considerando um custo médio de uma plantação no valor de 1500 euros por hectare, será necessário a um produtor em minifúndio, com uma parcela de 0,5 hectares,

investir, teoricamente, 750 euros, enquanto, por exemplo, a uma ZIF, seria necessário arrecadar 150 000 euros para investir em 100 hectares.

Sugestão: Desenvolver mais a frase citada, referindo a necessidade de desenvolver incentivos simples, adaptados aos pequenos produtores.

É referido “Tendo em conta as indústrias a jusante há a destacar a existência de fileiras florestais dinâmicas e integradoras de muito elevado nível de tecnologia industrial.”

Sugestão: Acrescentar o seguinte conteúdo - Estas indústrias têm uma **elevada procura de madeira e resina, sendo que em algumas fileiras esta procura é também muito diversificada.**

Na referência ao armazenamento de carbono, considera-se que deverá ser dado mais destaque ao papel do pinheiro-bravo, que apesar de ter perdido capacidade de armazenamento face ao último Inventário, como é referido no documento, continua a ser a espécie que mais contribui para o armazenamento de Carbono, apesar de se ter tornado a terceira espécie da floresta portuguesa.

Sugestão: Acrescentar o seguinte conteúdo - Apesar de se ter tornado a 3ª espécie em área ocupada em 2015, o pinheiro-bravo continuou a ser o maior reservatório de carbono da floresta nacional, com 90,3 gCO₂, sendo também a espécie com mais carbono armazenado por hectare na biomassa viva das árvores de povoamentos puros, com 119, 4 tCO₂eq.

Sugestão:

É ainda extremamente importante referir a reduzida predisposição dos produtores para investir em espécies de ciclo longo, pelo elevado prazo de retorno de investimento e pela elevada perceção de risco.

Existem outros dados do INF6 que deverão ser citados no diagnóstico, de forma a fundamentar as necessidades de intervenção na floresta.

Sugestão: Acrescentar os seguintes conteúdos, todos citados do INF6:

- A concentração do **pinheiro-bravo em idades jovens** é preocupante porque **ainda não originam receitas e exigem investimento** (em 2015, apenas 4% dos pinhais se encontrava na classe 30-40 anos, aquela em que se realiza geralmente o corte final e a principal receita).
- **Cerca de 2/3 dos povoamentos florestais de pinheiro-bravo** (puro e misto dominante) **estão localizados em estações de boa e muito boa Qualidade;**

Ordenamento Florestal (Ponto VI2)

ZIF

O documento refere que “No final do primeiro semestre de 2019 encontravam-se constituídas 217 ZIF correspondendo a uma área sob gestão conjunta de 1,39 Mha, sendo geridas por 80 entidades gestoras distintas e englobando cerca de 25.000 aderentes”. Considera-se muito

relevante a inclusão do conteúdo que se sugere abaixo, tendo em conta que a N6.8 estabelece “priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade” e que a localização em ZIF tem sido um dos critérios de avaliação mais utilizados nos anúncios do PDR2020 (VGO).

Sugestão: Acrescentar os seguintes conteúdos: área em ZIF por espécie florestal e estimativa de proprietários não aderentes a ZIF. Em 2018, de acordo com o [ICNF](#), apenas 16% da área em ZIF se encontrava ocupada com de pinheiro-bravo. **A adesão de 25 000 proprietários a ZIF, num universo estimado em 400 000, significa que 94 % não aderiram.**

Estratégia Nacional para as Florestas

Na caracterização das orientações da Estratégia Nacional para as Florestas, nada é referido em particular para o Pinheiro-bravo, apesar de várias espécies merecerem destaque no diagnóstico. Tendo em conta a importância económica, social e ambiental da Fileira que depende do pinheiro-bravo, assim como o carácter grave das ameaças que questionam esta riqueza, considera-se indispensável a inclusão dos conteúdos que se sugerem abaixo, citados da Estratégia Nacional para as Florestas.

Sugestão: Acrescentar os seguintes conteúdos - A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) estabelece como orientação a **inversão da tendência de declínio da área de pinheiro-bravo**, preconizando um ligeiro aumento absoluto da área até 2030 e uma diminuição de 1% em termos relativos. No cenário mínimo, o pinheiro-bravo ocupa 727 000 hectares em 2030, representando 22% da floresta nacional.

Na ENF merece destaque o objetivo estratégico A (Minimização de riscos), nomeadamente o objetivo específico A9.3. **“Recuperar povoamentos florestais em regeneração após incêndio”** que prevê como metas a seguinte área de povoamentos recuperados: 50.000 ha até 2020; 100.000 ha até 2030. No contexto do objetivo estratégico B (Especialização do Território) tem particular importância o objetivo operacional B8.1. **“Apoiar investimentos que promovam a resiliência dos povoamentos florestais”, que estabelece a meta de 60.000 ha de área de pinheiro-bravo sujeita a redução da densidade excessiva/condução de regeneração natural.**

No Estudo “Política de apoio ao investimento para o Pinheiro-bravo no horizonte 2021-2027 e 2028-2034”, disponível neste [link](#), o Centro PINUS estimou a área em que é necessário intervir, e o respetivo investimento, **para alcançar a meta mínima preconizada para o pinheiro-bravo na Estratégia Nacional para as Florestas.** Tendo já em conta as elevadas perdas registadas pelo efeito dos incêndios florestais no período 2015-2018 e as tendências de perda registadas até 2015, foram consideradas essencialmente dois tipos de intervenção: (re)arborização, para repor a área perdida; e condução de regeneração natural, minimizando o risco de perda de área florestal.

O exercício de quantificação das necessidades de apoio ao investimento que possibilitam assegurar o contributo efetivo para inverter esse declínio durante a vigência do próximo período

de programação (2021-2027), atingiu um valor que ascende a **53 milhões de euros/ano** e que corresponde à:

- (re)Arborização de **8.143 ha/ano** de pinheiro-bravo;
- Condução de regeneração natural de pinheiro-bravo em **40.857 ha/ano**.

A estimativa de necessidade de investimento que o Centro PINUS realizou é muito relevante para evidenciar **o desfasamento entre as necessidades do sector e a disponibilidade de verbas**.

Programa de Transformação da Paisagem

Ainda no contexto do ponto VI2, considera-se pertinente acrescentar uma referência ao **Programa de Transformação da Paisagem**, criado em 2020.

Sugestão de conteúdo a adicionar.

O **Programa de Transformação da Paisagem**, tem um grande potencial para exercer uma grande influência no sector florestal, sobretudo no Norte e Centro do país. Este prevê, entre outros objetivos específicos, os seguintes: “**Estimular os produtores agrícolas e florestais** e outros agentes ativos no terreno a **executarem as várias formas de gestão** e conservação dos espaços rurais; aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o **aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais** e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;”.

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL (Ponto VI2)

A certificação florestal tem sido um dos critérios de avaliação (e exclusão) mais utilizados nos anúncios do PDR2020 (VGO). Á semelhança de outras dinâmicas, a certificação florestal representa um desafio adicional em minifúndio. Apesar do grande esforço dos principais esquemas de certificação para adequar as exigências para os pequenos proprietários, e dos muitos agentes do sector que têm tido sucesso neste tipo de certificação, os sistemas florestais com maior taxa de certificação são os associados a uma maior dimensão da propriedade. É indispensável reconhecer este facto, sugerindo-se conteúdos abaixo.

Sugestão: Acrescentar os seguintes conteúdos: área em certificada por espécie florestal e localização geográfica das áreas certificadas.

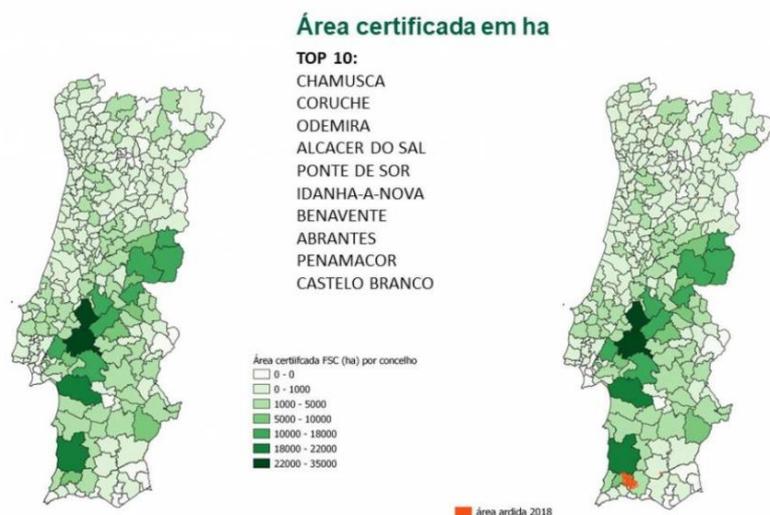
Estimativa da Área de pinheiro-bravo com Certificação da Gestão Florestal

	Esquema de certificação florestal*	Área (ha)	% da Área total da espécie
Área de Pinheiro-bravo certificada	FSC®	31 930	4,5%
	PEFC	19 438	2,3%

*É provável que uma parte significativa da área certificada seja comum aos dois esquemas. Fontes: PEFC e FSC® Portugal, aplicando à área total certificada divulgada nos sites em abril de 2020, a percentagem da área de pinheiro-bravo certificada com data mais recente (6,65% para o FSC®, a 31/12/2017 e 6% para o [PEFC](#), em 2017).

Recomenda-se ainda adicionar a imagem disponível no menu notícias do [site do FSC Portugal](#) “FSC Portugal em Números 2018”, uma vez que evidencia que a distribuição territorial da área com Certificação FSC coincide com áreas com maior dimensão média da propriedade, como facilmente se constata sobrepondo com a Figura 16.

Análise aos dados de 2018 enviados pelos CH



GESTÃO FLORESTAL (Ponto VI2)

É referido que “muitas novas plantações de sobreiro e pinheiro-manso foram apoiadas por fundos comunitários e que para assegurar a continuidade de apoios os proprietários estão obrigados a intervir na manutenção dos povoamentos de acordo com os planos de gestão aprovados.” De forma equivalente, deverão ser referidos os factos que contribuem para a gestão florestal insuficiente de outras espécies, como o pinheiro-bravo, uma espécie que quando resinada também **pode gerar receitas anuais**, além de permitir **receitas quinquenais** a partir dos 16, 20 anos, através da realização de desbastes.

Sugestão: Acrescentar o seguinte conteúdo – “Para as espécies em que os proprietários têm dificuldade no apoio à instalação e para as quais não existem apoios à continuidade do povoamento associados a um compromisso de gestão, verifica-se um maior abandono, como no caso do pinheiro-bravo.

INVASORAS LENHOSAS (Ponto VI2)

Dos dados citados do IFN6, é importante destacar a distribuição regional da presença destas espécies, que, apesar de distribuídas por todo o país são mais prevalentes nas regiões Norte e Centro, nomeadamente nas de maior produtividade lenhosa e de maior perigosidade de incêndio, já que as perturbações frequentes favorecem o estabelecimento destas espécies. O facto de as regiões com maior prevalência desta problemática serem também as que têm tido mais dificuldade no acesso a financiamento público deve ser notado.

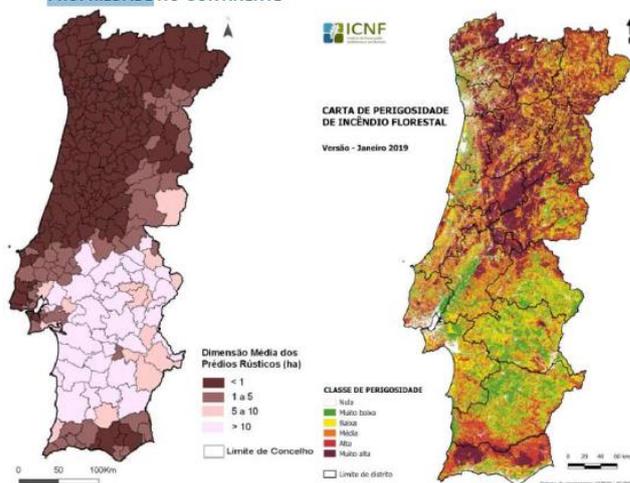
Sugestão: Acrescentar a identificação da presença de invasoras lenhosas por sistema florestal (por exemplo, em 60% da área de pinheiro-bravo verifica-se a presença de invasoras lenhosas).

RISCOS BIÓTICOS E ABIÓTICOS (Ponto VI2)

Sugestões

Introdução de comentário notando a sobreposição das áreas de maior perigosidade de incêndio identificadas na Figura 21, com a Figuras 16, relativa à dimensão média da propriedade rústica, tal como se observa na imagem seguinte.

FIGURA 16 – CLASSES DE DIMENSÃO DA PROPRIEDADE NO CONTINENTE



A frase sobre manchas contínuas com a mesma espécie florestal não é suportada por dados do IFN6, segundo o qual, 69% da área de pinheiro-bravo encontra-se em manchas com menos de 10 hectares e apenas 11% da área daquela espécie se insere em manhas com dimensão superior a 50 ha.

Sugestões de alteração de redação:

Redação atual	Sugestão de adequação da redação
Existência de grandes manchas contínuas e desordenadas da mesma espécie florestal, nomeadamente na região Centro do país, com impactos em termos de atuação preventiva e de combate a incêndios	Existência de áreas florestais sem gestão, ordenamento adequados, nomeadamente na região Centro e Norte do país, com impactos em termos do risco de incêndio.
“Em resultado das alterações climáticas, poderão implicar mudanças na gestão e distribuição dos diversos tipos de floresta, como é o caso do declínio do montado.”	“Em resultado das alterações climáticas, poderão ocorrer mudanças distribuição e produtividade dos diversos tipos de floresta, como é o caso do declínio do montado, ou da diminuição da produtividade de pinhais em algumas regiões.
“Crescente ameaça dos ecossistemas florestais relativamente a pragas e doenças, associado a questões de clima, gestão inadequada ou ausente, e incêndios”	“Crescente ameaça dos ecossistemas florestais relativamente a pragas e doenças, invasoras lenhosas e fenómenos climáticos atípicos associado a questões de clima, gestão inadequada ou ausente, e incêndios”
“O ciclo do fogo, e os crescentes problemas sanitários promovem o abandono e a ausência de intervenção no restabelecimento de potencial produtivo de áreas afetadas”	“O ciclo do fogo, e os crescentes problemas sanitários promovem o abandono e a ausência de intervenção no restabelecimento de potencial produtivo de áreas afetadas, quando associados à inexistência de incentivos públicos adequados”

Sugestão

Acrescentar o **conhecimento insuficiente sobre a presença de agentes bióticos** e dos danos que causam. No caso do pinheiro-bravo, por exemplo, são apresentados os dados sobre prospeção de organismos de quarentena e não existe informação relativa a outros agentes de declínio e mortalidade. A título de exemplo, é desconhecido a presença e o impacto de várias espécies de escolitídeos que atacam o pinheiro-bravo. É também desconhecida a mortalidade, os danos e o impacto na produtividade dos sistemas florestais.

Relativamente ao controlo e à investigação existente, o diagnóstico encontra-se incompleto e é insuficiente. No mínimo, deveria ser conhecido o investimento e a execução física de ações de controlo por sistema florestal no PDR2020. É necessário reconhecer a insuficiência de informação sobre prospeção e controlo e a provável insuficiência de ações de prevenção e controlo de agentes bióticos que atacam os sistemas florestais.

3.2 Análise SWOT e Identificação das Necessidades

Com base na análise e sugestões apresentados ao diagnóstico, propõe-se as seguintes alterações a introduzir na análise SWOT. Todos os comentários e sugestões seguidamente apresentados dizem respeito ao OG3 – OE8.

Sugestões a introduzir em pontos fortes

Sugestão de constatações a introduzir

Elevada aptidão florestal de uma porção significativa do território, com produtividades potenciais elevadas, se associadas a gestão ativa.

Existência de espécies bem adaptadas a todas as condições edafoclimáticas, permitindo a produção multifuncional e de serviços do ecossistema mesmo em situações adversas como solos pobres ou precipitação escassa.

Elevada procura de mercado por produtos florestais, extramente diversificada no caso da Fileira do Pinho.

Sugestões de alteração de redação de constatações

Redação atual	Sugestão de adequação da redação
Existência de fileiras florestais dinâmicas e integradoras de grande tecnologia industrial	Existência de fileiras florestais dinâmicas, integradoras de grande tecnologia industrial, com <u>ampla distribuição pelo território</u> .
Certificação florestal engloba áreas significativas de floresta contribuindo para uma gestão ativa da floresta na medida.... “	Certificação florestal engloba áreas significativas de floresta, <u>apesar de ainda concentradas nas regiões do país em que a dimensão média da propriedade é superior</u> , contribuindo para uma gestão ativa da floresta na medida.... “
Aprovadas 217 ZIF que correspondem a uma área sob gestão conjunta de 1,39 Mha.	Aprovadas 217 ZIF que correspondem a uma área de 1,39 Mha, apesar de 94% dos proprietários não terem aderido e de significativas bolsas de território no Norte e Centro do país estarem ainda excluídas.

Sugestões a introduzir em pontos fracos

Sugestão de constatações a introduzir

Défice de matéria-prima em todas as indústrias florestais, com particular gravidade na Fileira do Pinho, em que se estima ter representado 61% do consumo industrial em 2019.

Inadequação dos apoios às necessidades dos beneficiários, sobretudo dos pequenos proprietários em minifúndio.

Dificuldade generalizada no **acesso e na execução física e orçamental dos incentivos públicos**, nomeadamente no PDR2020, por inadequação às necessidades do sector, excessiva complexidade do programa e execução ineficiente, lenta e imprevisível.

Insuficiente dotação orçamental para as necessidades do sector.

Reduzida **predisposição dos produtores para investir em espécies de ciclo longo**, pelo elevado prazo de retorno de investimento e pela elevada perceção de risco.

Concentração do **pinheiro-bravo em idades jovens, em que ainda não originam receitas e exigem investimento.**

Sugestões de alteração de redação de constatações

Redação atual	Sugestão de adequação da redação
“Maioria da superfície florestal pertencente a pequenos proprietários”	“Maioria da superfície florestal pertencente a pequenos proprietários <u>associada à inexistência de estratégias eficazes para delegação da gestão e/ou gestão conjunta e/ou incentivos públicos adequados aos pequenos proprietários.</u> ”
“Dimensão e fragmentação da propriedade com ausência de cadastro de propriedade em especial a Norte do Tejo.”	“Dimensão e fragmentação da propriedade com ausência de cadastro de propriedade em especial a Norte do Tejo, associada à inexistência de estratégias eficazes para delegação da gestão e/ou gestão conjunta”
“Dificuldade de aproveitamento da biomassa florestal (localização das centrais de biomassa, oferta de biomassa variável por falta de organização da produção)”	Dificuldade de aproveitamento da biomassa florestal residual por inviabilidade económica do transporte com as atuais soluções logísticas e insuficiente gestão e produtividade dos principais sistemas florestais.
Existência de grandes manchas contínuas e desordenadas da mesma espécie florestal, nomeadamente na região Centro do país, com impactos em termos de atuação preventiva e de combate a incêndios	Existência de áreas florestais sem gestão, ordenamento adequados, nomeadamente na região Centro e Norte do país, com impactos em termos do risco de incêndio.

A constatação do “Risco crescente em termos de fatores abióticos, nomeadamente incêndios de grande dimensão.” É referida nas Ameaças, pelo que se sugere a sua eliminação dos pontos fracos.

A constatação “Povoamentos envelhecidos e decrépitos com menor capacidade produtiva e um menor rendimento das explorações florestais” não diz respeito à generalidade dos sistemas florestais. Deverá assim ser eliminada ou clarificado a que espécie(s) diz respeito.

Sugestões a introduzir em oportunidades

Sugestão de constatações a introduzir

Aumento do comércio internacional de coníferas, associado à diminuição de produtividade global deste tipo de espécies, preconiza uma tendência de grande aumento da procura de mercado deste tipo de madeira ([Picos, 2019](#)).

Contexto político com grande potencial para afirmação do sector florestal (Pacto Ecológico Europeu, Neutralidade Carbónica, Economia Circular, Bioeconomia).

Elevado potencial de contributo para a neutralidade carbónica.

Surgimento de novas estratégias de gestão agrupada: EGP's, UGP's, AIGP's.

Sugestões de alteração de redação de constatações

Redação atual	Sugestão de adequação da redação
“Tendência da eliminação do plástico e maior utilização do papel”	“Tendência da eliminação do plástico por produtos de base florestal”
“Potencial da implementação de políticas ligadas ao pagamento de serviços de ecossistemas, como poderá ser o caso do montado multifuncional”	“Potencial da implementação de políticas ligadas ao pagamento de serviços de ecossistemas, como poderá ser o caso do montado ou do pinhal multifuncional”

Sugestões a introduzir em ameaças

Sugestão de constatações a introduzir

Por equivalência à constatação principal “O declínio do montado e conseqüente perda de densidade do mesmo, é promotor de um maior risco de desertificação” introdução da constatação “A diminuição da área de pinheiro-bravo é promotora da diminuição do armazenamento de carbono e do maior risco de erosão do solo”.

Sugestões de alteração de redação de constatações

Redação atual	Sugestão de adequação da redação
“Em resultado das alterações climáticas, poderão implicar mudanças na gestão e distribuição dos diversos tipos de floresta, como é o caso do declínio do montado.”	“Em resultado das alterações climáticas, poderão ocorrer mudanças distribuição e produtividade dos diversos tipos de floresta, como é o caso do declínio do montado, ou da diminuição da produtividade de pinhais em algumas regiões.
“Crescente ameaça dos ecossistemas florestais relativamente a pragas e doenças, associado a questões de clima, gestão inadequada ou ausente, e incêndios”	“Crescente ameaça dos ecossistemas florestais relativamente a pragas e doenças, invasoras lenhosas e fenómenos climáticos atípicos associado a questões de clima, gestão inadequada ou ausente, e incêndios”
“O ciclo do fogo, e os crescentes problemas sanitários promovem o abandono e a ausência de intervenção no restabelecimento de potencial produtivo de áreas afetadas”	“O ciclo do fogo, e os crescentes problemas sanitários promovem o abandono e a ausência de intervenção no restabelecimento de potencial produtivo de áreas afetadas, quando associados à inexistência de incentivos públicos adequados”

Sugestão

A constatação “Inviabilidade económica em situações potenciais de aproveitamento dos produtos da bioeconomia”, necessita de clarificação.

Matriz de Necessidades e Ligação aos Objetivos Estratégicos

O exercício estratégico parece ter “saltado” uma etapa. Após a análise SWOT surge imediatamente o ponto III “Matriz de Necessidades e Ligação aos Objetivos Estratégicos”, sem que previamente sejam isoladamente enquadradas, apresentadas e caracterizadas as Necessidades. Tendo em conta a importância da definição de Necessidades e a sua ligação às Intervenções, considera-se que esta lacuna é relevante para a compreensão da documentação em consulta e conseqüentemente condiciona a análise e comentários das partes interessantes. Recomenda-se que esta lacuna seja colmatada.

Na definição de Necessidades, parecem-nos relevantes algumas omissões, propondo-se a introdução da seguinte Necessidade: Criar apoios adequados aos pequenos produtores florestais ainda não inseridos em estratégias de gestão conjunta.

Sem o reconhecimento desta Necessidade, não nos parece viável a ambição estabelecida na visão e promover, de facto, a gestão florestal ativa em todo o território. O Centro PINUS alerta para o risco de continuar a condenar ao abandono uma parte significativa dos territórios do Norte e Centro do país.

Relativamente à atual formulação de Necessidades, consideram-se pertinentes as seguintes alterações de redação

Necessidades Redação atual	Sugestão de adequação da redação
N6.2 Melhorar o acesso ao financiamento por parte dos agricultores	N6.2 Melhorar o acesso ao financiamento por parte dos agricultores <u>e dos produtores florestais, sobretudo os de pequena dimensão</u>
N5.4: Aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria.	N5.4: Aumentar a produção de energia renovável e de biomassa pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria.
N5.6 Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais	N5.6 Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris <u>e florestais</u> de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas <u>e florestais tradicionais</u>
“N4.8: Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta”	“N4.8: Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através do aumento da produção e produtividade de biomassa florestal, da utilização sustentável da biomassa natural, da biomassa florestal residual, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta, respeitando o princípio do uso em cascata no caso florestal.”
N5.8: Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer	N5.8: Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável em todo o território, geradora de bens e serviços públicos ambientais/paisagem/lazer
N6.8: Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade.	N6.8: Promover e apoiar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade.
N4.OT Incentivar a transição digital na agricultura	N4.OT Incentivar a transição digital na agricultura e na floresta
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola <u>e florestal</u> <u>e apoiar atividades de I&DT</u> nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.

Sugestão

Recomenda-se ainda, na “Matriz de Necessidades e Ligação aos Objetivos Estratégicos”, a **introdução da identificação adicional do OE8 como complementar para as seguintes Necessidades** N1.1; N4.1; N5.1; N6.2; N8.2; N1.3; N3.4; N4.4; N5.4; N6.4; N1.5; N2.5; N3.5; N4.5; N5.5; N1.6; N3.6; N4.6; N5.6; N6.6; N5.7; N8.9.

Em síntese, apesar de não nos revermos totalmente no diagnóstico, considera-se que, atendendo à informação de base e à leitura dos factos que o GPP considerou, reconhece-se que existe coerência entre o diagnóstico, a análise SWOT e as Necessidades definidas.

3.3 Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção

Visão

Globalmente, o Centro PINUS revê-se na visão definida “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”.

Igualmente nos revemos no conceito de que **“A mera presença da atividade agrícola ou florestal não é suficiente**, havendo que promover a presença efetiva de sistemas com práticas sustentáveis que permitam não só a produção de alimentos, mas também a produção de bens públicos em articulação com o resto da economia e comunidades locais.” Concorda-se com a afirmação de que **“Os agricultores e produtores florestais são os grandes responsáveis pela produção de bens públicos ambientais**, sendo que um conjunto alargado de intervenções do PEPAC permite potenciar os contributos da gestão agroflorestal para os objetivos e agendas relacionadas com o ambiente, clima e também a alimentação saudável”. Neste contexto, a **remuneração dos serviços do ecossistema** e a valorização, promoção e otimização do **carácter multifuncional da floresta** parecem ser pilares importantes do PEPAC e a floresta, nomeadamente de pinheiro-bravo, pode contribuir decisivamente para esta visão. O Centro PINUS congratula-se com estes factos. No entanto, há aspetos na lógica de intervenção que nos preocupam muito.

Lógica de Intervenção por objetivo

De uma forma genérica, considera-se que este documento, sobretudo na identificação das Intervenções, **se encontra tão incompleto**, que o exercício de realização de uma análise ou a apresentação de sugestões se encontra comprometido. É importante realizar esta ressalva inicial, uma vez que este facto compromete a capacidade de participação pelas partes interessadas nesta etapa do PEPAC, e condicionou os comentários e sugestões que se apresentam seguidamente. Recomenda-se que o GPP complemente o documento e o coloque novamente a consulta antes de dar sequência ao processo, para que a o envolvimento de partes interessantes possa de facto ser consequente numa etapa tão decisiva do processo.

II Objetivo Geral 1

II1 Objetivo específico 1

Considera-se que as áreas florestais podem contribuir significativamente para o OE1, nomeadamente contribuindo para a diversificação dos rendimentos das explorações agrícolas. Por outro lado, na perspetiva do Centro PINUS, importa referir de forma mais assertiva a necessidade de abranger áreas florestais em Intervenções que visam dar resposta a este objetivo específico, como uma ajuda à manutenção das áreas que, em algumas circunstâncias, também deverão poder ser florestais, por uma questão de **sustentabilidade integral do território e da paisagem**.

Sugestões

Incluir, na descrição das Intervenções das N1.1 e N2.1 a **possibilidade de incluir certas tipologias de áreas florestais nas ajudas à manutenção**.

Considerar a possibilidade de incluir, como estratégia de apoio à diversificação de atividades e rendimentos (N5.1 e N2.1), a Intervenção “Pequenos investimentos nas explorações florestais de pinheiro-bravo”, naturalmente com as devidas adaptações, nomeadamente aplicável a **pequenos investimentos florestais em explorações agrícolas**. A Intervenção que poderá ser adotada e adaptada é descrita em pormenor no Estudo [“Política de Apoio ao Investimento para o Pinheiro-bravo no Horizonte 2021-2027 e 2028-2034”](#).

Na descrição das Intervensões da N4.1 detalhar e clarificar a inclusão das Intervensões relativas ao risco de incêndio.

II2 Objetivo específico 2

Sugestões

Na descrição das Intervensões da N2.1 incluir e detalhar a inclusão das Intervensões relativas ao risco de incêndio.

III Objetivo Geral 2

De uma forma transversal, apesar de no conjunto da documentação em consulta este ser o capítulo que reconhece mais o contributo das áreas florestais para o Objetivo Geral 2, existe ainda uma evidente necessidade de afirmar esta realidade e, conseqüentemente, adequar a lógica de intervenção de forma a otimizar o **contributo potencial do sector florestal**.

III 1 Objetivo específico 4

Sugestões

Incluir, clarificar e detalhar Intervensões de carácter florestal para as seguintes necessidades: N3.4, N4.4 e N5.4.

Adicionar, como estratégia de aumento da capacidade de armazenamento de carbono (N3.4), a Intervenção “Reforço e remuneração dos serviços ambientais prestados pelo pinheiro-bravo”, naturalmente com as devidas adaptações, nomeadamente aplicável aos serviços prestados pelas áreas florestais. A Intervenção que poderá ser adotada e adaptada é descrita em pormenor no Estudo [“Política de Apoio ao Investimento para o Pinheiro-bravo no Horizonte 2021-2027 e 2028-2034”](#). Resumidamente, consiste num apoio anual de até 140€/hectare/ano, mediante compromisso simplificado de manutenção da área florestal e destina-se a pequenos produtores florestais (0,5 a 2 ha). Propõe-se integração no Artigo 65.º - Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão.

III 2 Objetivo específico 5

É positivo que, na descrição das Intervenções seja reconhecido o papel dos espaços florestais para os recursos água, ar e solo, mas considera-se fundamental melhorar e detalhar este aspeto.

Sugestões

Introdução de frase referindo a importância das áreas florestais para a proteção e conservação dos recursos água, solos e ar.

Detalhar as Intervenções de carácter florestal para as seguintes necessidades: N1.5, N2.5, N3.5, N 4.5 e N5.5.

Incluir, como estratégia de reforço da proteção dos recursos água, solo e ar (N1.5, N2.5, N3.5, N 4.5 e N5.5), a Intervenção “Reforço e remuneração dos serviços ambientais prestados pelo Pinheiro-bravo”, naturalmente com as devidas adaptações, nomeadamente aplicável aos serviços prestados pelas áreas florestais. A Intervenção que poderá ser adotada e adaptada é descrita em pormenor no Estudo [“Política de Apoio ao Investimento para o Pinheiro-bravo no Horizonte 2021-2027 e 2028-2034”](#). Resumidamente, consiste num apoio anual de até 140€/hectare/ano, mediante compromisso simplificado de manutenção da área florestal e destina-se a pequenos produtores florestais (0,5 a 2 ha). Propõe-se integração no Artigo 65.º - Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão.

III 3 Objetivo específico 6

À semelhança dos restantes objetivos específicos do Objetivo Geral 3, reconhecendo-se que o papel das áreas florestais não foi esquecido, necessita de melhor fundamentação e afirmação nas Intervenções identificadas.

Sugestões

Introdução de frase referindo a importância das áreas florestais para a proteção da biodiversidade, para os serviços do ecossistema e para os habitats e as paisagens.

Detalhar as Intervenções de carácter florestal para as seguintes necessidades: N1.6; N4.6; N5.6; N6.6

Incluir e detalhar Intervenções de carácter florestal para a Necessidades N3.6.

Acrescentar, como estratégia de reforço da N5.6 a Intervenção “Florestas Tradicionais de Pinheiro-bravo”, naturalmente com as devidas adaptações, nomeadamente aplicável a Paisagens Florestais Tradicionais. A Intervenção que poderá ser adotada e adaptada é descrita em pormenor no Estudo [“Política de Apoio ao Investimento para o Pinheiro-bravo no Horizonte 2021-2027 e 2028-2034”](#). Resumidamente, consiste num apoio anual de até 140€/hectare/ano, mediante compromisso simplificado de manutenção da área florestal e destina-se a pequenos produtores florestais (0,5 a 2 ha). Esta intervenção é semelhante à que atualmente existe para o Olival Tradicional. Propõe-se integração no Artigo 67.º - Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios.

IV Objetivo Geral 3

IV 2 Objetivo específico 8

No texto que descreve a lógica de intervenção, sugerem-se as alterações de redação da tabela seguinte.

Redação atual	Sugestão de adequação da redação
“Releva-se o facto que os espaços florestais, à semelhança das zonas agrícolas em particular nas <u>regiões do interior</u> do país tem estado sujeitas ao processo de abandono, com todos os riscos daí inerentes....”	“Releva-se o facto que os espaços florestais, à semelhança das zonas agrícolas em particular nas <u>regiões do país em que a dimensão média da propriedade é menor</u> têm estado sujeitas ao processo de abandono, com todos os riscos daí inerentes....”
“Este diagnóstico aponta para a importância de se desenvolverem e apoiar <u>de forma seletiva</u> instrumentos que promovam uma gestão ativa dos territórios de vocação florestal”	Este diagnóstico aponta para a importância de se desenvolverem e apoiar <u>de forma inclusiva</u> instrumentos que promovam uma gestão ativa dos territórios de vocação florestal
“Neste quadro, existe a necessidade de uma abordagem que potencie os recursos públicos disponíveis... e a promoção de investimento privado sob formas integradas <u>associando medidas de cooperação</u> para garantir a necessidade de assegurar Compromissos....”	“Neste quadro, existe a necessidade de uma abordagem que potencie os recursos públicos disponíveis... e a promoção de investimento privado sob formas integradas associando, <u>sem impor como requisito de acesso</u> , medidas de cooperação para garantir a necessidade de assegurar Compromissos....”

Incluir, como estratégia de reforço das N4.8, N5.8, N6.8 (na redação proposta pelo Centro PINUS) e ainda da nova Necessidade proposta **“Criar apoios adequados aos pequenos produtores florestais ainda não inseridos em estratégias de gestão conjunta.”** as seguintes Intervenções naturalmente com as devidas adaptações, descritas em pormenor no Estudo [“Política de Apoio ao Investimento para o Pinheiro-bravo no Horizonte 2021-2027 e 2028-2034”](#):

- Pequenos Investimentos nas Explorações Florestais de Pinheiro-bravo;
- Gestão Sustentável e Ativa das Áreas Florestais de Pinheiro-bravo;
- Paisagens Florestais Resilientes.

De forma resumida, “Pequenos Investimentos nas Explorações Florestais” é uma intervenção de apoio ao investimento integrado (produtivo e não produtivo), para áreas entre 0,5 e 10 ha. É semelhante à medida Pequenos Investimentos na Agricultura do PDR2020. A intervenção “Paisagens Florestais Resilientes”, concebida para situações com escala (Baldios, ZIF, etc.), destina-se a investimento integrado mediante contrato-programa com a entidade gestora. Semelhante à Operação 8.1.5. do PDR2020, “Gestão Sustentável e Ativa das Áreas Florestais” é uma intervenção destinada ao apoio ao investimento em áreas superiores a 10 hectares.

Centro PINUS, 8 de janeiro de 2021